

## **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018/2019**

**EQUISTHEM SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO PREDIAL LTDA.**, INSCRITA NO CNPJ SOB O NÚMERO 10.458.785/0002-85 ESTABELECIDA NA Rua Taquaruçu, 321 – Vila Parque Jabaquara – São Paulo – SP, REPRESENTADA POR JOSÉ RAIMUNDO CERQUEIRA INSCRITO NO CPF 414.732.305-78 E **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO- SEESP**, inscrito no CNPJ Nº 62.637.137/0001-09, com Sede na cidade de São Paulo- SP, na Rua Genebra, nº 25, CEP. 01316-901, REPRESENTADO PELO SEU PRESIDENTE ENG. MURILO CELSO DE CAMPOS PINHEIRO, INSCRITO NO CPF 952.322.818-87, firmam entre si, com base nos artigos 611, §1º e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

### **VIGÊNCIA, DATA BASE E ABRANGÊNCIA**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DATA-BASE**

Fica mantida a data-base de 1º de maio de cada ano.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - BENEFICIÁRIOS**

São beneficiários do presente Acordo Coletivo de Trabalho todos os engenheiros lotados no Banco Central do Brasil, no Estado de São Paulo.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrange todos os empregados integrantes das Categorias Profissionais de Engenheiros lotados no Banco Central do Brasil, localizado no Estado de São Paulo representadas pelo **SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO- SEESP** lotados no estado de São Paulo.

#### **CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA**

As cláusulas e condições deste Acordo Coletivo vigorarão de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019.

### **SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTOS**

#### **CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL**



A empresa concederá um aumento salarial aos empregados abrangidos por este acordo coletivo, no percentual de **1,81% (hum vírgula oitenta e hum por cento)**, a partir de 01/05/18, a ser aplicado sobre os salários vigentes em 30/04/18.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica estabelecido como piso salarial mínimo para categoria de engenheiros:

- I. Para jornada de trabalho de 6 horas, será de 6 (seis) salários mínimos vigente;
- II. Para jornada de trabalho de 7 horas, será de 7,5 (sete virgula cinco) salários mínimos vigente; e
- III. Para jornada de trabalho de 8 horas, será de 9 (nove) salários mínimos vigente.

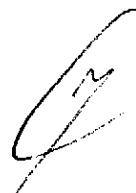
**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A diferença salarial relativa, decorrente da aplicação do reajuste ora pactuado, deverá ser paga em uma única parcela na folha de pagamento do mês **subsequente** à data homologação do presente termo, de forma destacada, sob o título "DIFERENÇA ACORDO COLETIVO".

#### **CLÁUSULA SEXTA – REFEIÇÃO**

As empresas obrigam-se a fornecer a seus empregados uma alimentação subsidiada que consistirá, conforme sua opção, ressalvadas condições mais favoráveis, em:

- I. **ALMOÇO COMPLETO**, no local de trabalho;  
Tratando-se de EMPREGADO ALOJADO EM OBRA terá direito também a jantar completo, com o subsídio estabelecido no Parágrafo Primeiro desta Cláusula.  
OU,
- II. **TÍQUETE REFEIÇÃO**, no valor mínimo de **R\$ 21,35 (vinte e hum reais e trinta e cinco centavos)**. O empregado receberá tantos Tiquetes Refeição quantos forem os dias de trabalho efetivo no mês.
- III. **CAFÉ DA MANHÃ E LANCHE DA TARDE**, para seus empregados da área de produção, constante de:
  - a) título de café da manhã - um copo de leite, café e dois pães tipo francês com margarina e queijo e uma fruta da época;
  - b) a título de lanche da tarde - um copo de leite, café ou suco ou isotônico e um pão tipo francês com margarina;

**b.1)** o lanche da tarde deve ser fornecido até o término da jornada normal de trabalho, a critério da empresa.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As empresas subsidiarão o fornecimento da REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO nas hipóteses acima no mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) do respectivo valor.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em se tratando do CAFÉ DA MANHÃ E LANCHE DA TARDE, a parte não subsidiada pela empresa não poderá ser superior a 1% (um por cento) do salário hora do trabalhador. O fornecimento do café da manhã e lanche da tarde poderá ser substituído por um complemento no tíquete refeição no valor de **R\$ 9,85 (nove reais e oitenta e cinco centavos)**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Conforme orientação do Tribunal Regional do Trabalho o fornecimento em qualquer das modalidades anteriores não terá natureza salarial, nem se integrará na remuneração do empregado, nos termos da Lei nº 6.321/76, de 14 de abril de 1976 e de seu Regulamento nº 78.676, de 8 de novembro de 1976.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO**

I - Estabelecem as partes o adicional de 60% (sessenta por cento) para as horas suplementares trabalhadas de segunda-feira a sábado, desde que não tenham sido incluídas no Banco de Horas, consoante cláusula vigésima, inciso I.

II – As partes fixam o adicional de 100% (cem por cento) para as horas extras trabalhadas em domingos e feriados, desde que não tenham sido incluídas no Banco de Horas, consoante cláusula vigésima, inciso I.

III - Os adicionais em referência serão calculados com base no valor do salário nominal, excluídas as horas de trabalho compensadas.

IV – O valor das horas extras habituais integrarão o valor da remuneração para efeito de pagamento de férias, 13º, Repouso Semanais Remunerados, Aviso Prévio e depósito do FGTS.

### **CLÁUSULA OITAVA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

As empresas concederão a seus empregados um adiantamento salarial (vale) de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do salário nominal recebido no mês, até o dia vinte de cada mês, ressalvadas as condições mais favoráveis, excluídos aqueles que recebem semanalmente.

### **CLÁUSULA NONA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO**

Fica permitido à empresa abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho o desconto em folha de pagamento mediante acordo coletivo entre empresa e Sindicato de Trabalhadores, quando oferecida a contraprestação de: seguro de vida em grupo, transporte, vale-transporte, planos médicos-odontológicos com participação dos empregados nos custos, alimentação, convênio com

supermercados, medicamentos, convênios com assistência médica, clube/agremiações, quando expressamente autorizado pelo empregado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão comprovantes de pagamento a seus empregados com identificação e constando, discriminadamente, a natureza e o valor das importâncias pagas, descontos efetuados, as horas trabalhadas e o valor do FGTS/INSS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS AO ESTUDANTE**

As empresas concederão abono de faltas ao empregado estudante nos dias de provas bimestrais e finais, desde que em estabelecimento oficial, autorizado ou reconhecido de ensino, pré-avisando o empregador com o mínimo de 72 (setenta e duas) horas e comprovação posterior, compensando na jornada de trabalho as horas concedidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Serão reconhecidos os Atestados Médicos e/ou Odontológicos passados por facultativos do Sindicato dos Trabalhadores, desde que os mesmos consignem o dia, o horário de atendimento do empregado, bem como ainda, o carimbo do Sindicato e a assinatura do seu facultativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - FÉRIAS**

O início das férias deverá sempre ocorrer no primeiro dia útil da semana, devendo o empregado ser avisado com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvados os interesses do próprio empregado em iniciar suas férias em outro dia da semana, bem como ainda a política anual de férias das empresas, que deverá ser comunicada ao Sindicato dos Trabalhadores.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quando a empresa cancelar férias por ela comunicada, deverá reembolsar o empregado das despesas não restituíveis, ocorridas no período dos 30 (trinta) dias de aviso que, comprovadamente, tenha feito para viagens ou gozo de férias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando, por ventura, durante o período do gozo de férias, existirem dias já compensados, o gozo de férias deverá ser prolongado com o acréscimo dos mesmos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Quando as empresas concederem férias coletivas, os dias 24, 25 e 31 de dezembro e 01 de janeiro não serão descontados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA**



Nos casos de rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa, por parte do empregador, a comunicação de dispensa obedecerá aos seguintes critérios:

**A** - Será comunicado pela empresa ao empregado por escrito contra recibo, firmado pelo mesmo, esclarecendo se será trabalhado ou indenizado o aviso prévio legal, avisando inclusive o dia, hora e local do recebimento das verbas rescisórias.

**B** - O trabalhador dispensado sob alegação de falta grave deverá ser avisado do fato, por escrito, esclarecendo os motivos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO**

As empresas complementarão, até o limite do salário líquido do empregado, o benefício previdenciário por motivo de doença ou acidente do trabalho, bem como o Vale Supermercado para os trabalhadores que recebem o benefício, do décimo sexto ao sexagésimo dia do seu afastamento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Dada a natureza previdenciária desta complementação aqui fixada, esta não será incorporada ao salário sob nenhuma hipótese.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os empregados que recebem cesta básica, na hipótese de afastamento previdenciário, deverão recebê-la até o início do pagamento do benefício.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As complementações de que trata esta cláusula somente não serão asseguradas nos casos de interrupção, paralisação ou término da obra para a qual foi contratado o empregado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - ABONO POR APOSENTADORIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, aos empregados com 6 (seis) anos ou mais de serviços contínuos dedicados à mesma empresa, quando dela vierem a desligar-se definitivamente por motivo de aposentadoria, serão pagos 2 (dois) salários nominais equivalentes ao seu último salário.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Se o empregado permanecer trabalhando na mesma empresa, após a aposentadoria será garantido este abono apenas por ocasião do desligamento definitivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE SÁBADO EM DIA DE FERIADO**

Quando o feriado coincidir com o sábado compensado durante a semana, a empresa deverá reduzir as horas diárias de trabalho em número correspondente àquela compensação.



**PARÁGRAFO ÚNICO** - A empresa e seus empregados, de comum acordo, poderão transformar o estabelecido no "Caput" em compensação dos dias "pontes" antes ou após feriados, não necessariamente no mesmo mês, obedecido o ano calendário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DESCANSO REMUNERADO**

As empresas dispensarão do trabalho seus empregados nos dias 24 e 31 de dezembro, sem prejuízo do salário e do DSR.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - QUADRO DE AVISO**

As empresas permitirão a afixação de Quadro de Aviso do Sindicato dos Trabalhadores em locais acessíveis aos empregados, para fixação de matéria de interesse da categoria, porém, é vedada a divulgação de material político-partidário ou ofensivo a quem quer que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - EMPREGADO/EMPRESA/SINDICATOS-LIVRE NEGOCIAÇÃO**

As partes convenientes fixam os itens abaixo que as empresas e sindicatos poderão negociar e/ou complementar de forma livre, sem coação ou qualquer imposição de terceiros, estranhos à relação direta entre capital e trabalho, a saber:

##### **I – BANCO DE HORAS**

As partes, com base no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, no art. 59 da CLT e seus parágrafos, com a redação dada pela Lei nº 9.601, de 21.01.98, instituem o Banco de Horas, que será regido por um sistema de débito e crédito, conforme condições abaixo:

A) Considera-se, para efeito de aplicação do Banco de Horas, a jornada semanal de trabalho prevista no contrato de trabalho do empregado.

B) As horas excedentes ao estabelecido na letra "A" serão tratadas como crédito, enquanto as horas a menor serão computadas como débito dos empregados.

C) As partes consideram horas a menor os atrasos na jornada de trabalho, as ausências injustificadas, as saídas antecipadas.

D) Serão também computadas, para efeito de aplicação desta cláusula, as horas trabalhadas aos sábados, domingos e feriados.

E) As partes estabelecem que, para efeito de aplicação do aqui pactuado, a hora trabalhada corresponderá a uma hora e trinta minutos de crédito no sistema de Banco de Horas.



**F)** As compensações de que tratam este acordo deverão ocorrer no período máximo de 6 (seis) meses a contar do fato gerador.

**G)** Não ocorrendo a compensação das horas no período de até 6 (seis) meses do fato gerador, a hora trabalhada deverá ser paga pela empresa com o acréscimo de 70% (setenta por cento) sobre o salário-base do empregado.

**H)** As horas trabalhadas, as ausências e os atrasos serão computados como crédito e/ou débito de horas, devendo a empresa, a cada mês, quando do pagamento dos salários, entregar ao empregado um relatório das horas trabalhadas, no qual será assinalado o débito/crédito do empregado.

**I)** O saldo crédito/débito do empregado será solvido a qualquer momento antes do prazo de 6 (seis) meses, da seguinte forma:

**1 – Quanto ao saldo credor:**

- a) Com a redução da jornada diária;
- b) Com a supressão de trabalho em dias de semana;
- c) Mediante folgas adicionais;
- d) Através de prorrogação do período de gozo de férias;
- e) Abono de atrasos e faltas não justificadas;
- f) Dispensas ou férias coletivas a critério do empregador;
- g) Pagamento do saldo de horas extras com os adicionais respectivos.

**2 – quanto ao saldo devedor:**

- a) Prorrogação da jornada diária;
- b) Trabalhos aos sábados; domingos e feriados;
- c) Desconto na sua remuneração.

**J)** Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação, ou o pagamento das horas, o empregado fará jus ao pagamento das mesmas calculadas sobre o valor do salário-base na data da rescisão. Na hipótese de saldo negativo, a empresa poderá efetuar o correspondente desconto no pagamento das verbas rescisórias.

## **II – CONTRATO TEMPO PARCIAL**

Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.

- a) O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.



- b) Para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial se dará mediante a sua jornada em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

### **III- CÓPIA DA RAIS**

A empresa, no prazo de 30 (trinta) dias fornecerá, uma vez por ano, quando solicitado pelo Sindicato dos Trabalhadores, por escrito, mediante contra-recibo, uma cópia reprográfica da RAIS, ou através de suporte magnético mediante entendimento prévio com o Sindicato representativo da categoria profissional.

### **IV - CIPA**

Quando obrigadas ao cumprimento da NR-5, da Portaria Nº 3.214/78, COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES, as empresas comunicarão ao Sindicato dos Trabalhadores, com antecedência de 45 (quarenta e cinco) dias, a data da realização das eleições.

- a) O registro de candidatura será efetuado contra recibo da empresa, firmado por responsável do setor de administração.
- b) A votação será realizada através de lista única de candidatos.
- c) Os mais votados serão proclamados vencedores, nos termos da NR-5 da Portaria Nº 3.214/78, e o resultado das eleições será comunicado ao Sindicato dos Trabalhadores, no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) Fica garantido ao Vice-presidente da CIPA e ao Sindicato o direito de acompanhar e fiscalizar todo o processo de votação e apuração da CIPA.
- e) O Sindicato dos Trabalhadores participará das reuniões ordinárias ou extraordinárias da CIPA através de seus membros, recebendo, inclusive, cópia fiel de todas as atas de reuniões e calendários de reuniões.

### **V – PAGAMENTO COM CHEQUE**

Quando o pagamento for efetuado mediante cheque ou depósito bancário, com exclusão do cheque salário, as empresas estabelecerão condições para que os empregados possam descontar o cheque ou ir ao banco no mesmo dia que for efetuado o pagamento, sem que seja prejudicado seu horário de refeição.

- a) O pagamento dos salários será antecipado para o dia útil imediatamente anterior, quando a data coincidir com os sábados, domingos e feriados.
- b) Se a empresa vier a efetuar o pagamento dos salários antes da data obrigatória legal, ficará dispensada de cumprir o caput desta cláusula.





## **VI – SEGURO DE VIDA**

Ressalvadas as situações mais favoráveis, as empresas poderão fazer em favor de seus empregados um seguro de vida em grupo, tendo como beneficiários aqueles legalmente identificados junto ao INSS. Deverão ser observadas as seguintes coberturas mínimas:

- a) R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de indenização por morte ou invalidez permanente, total ou parcial, do empregado (a) causada por acidente, independente do local ocorrido;
- b) R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais) de indenização por morte natural;
- c) R\$ 3.750,00 (três mil, trezentos e setecentos e cinquenta reais) em caso de falecimento do cônjuge do empregado segurado e/ou filho até 21 anos de idade, desde que solteiro;
- d) R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais) para auxílio funeral.

**VI.1.** – Aplica-se o disposto na presente cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive empreiteiras e subempreiteiras, autônomos, empresas de serviços temporários e assemelhados.

## **VII – INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE**

Na ocorrência de morte ou invalidez permanente do empregado segurado em decorrência de acidente de trabalho, a empresa deverá pagar aos beneficiários legalmente identificados perante o INSS uma indenização mínima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

**VII.1.** - Fica isenta do pagamento da indenização a empresa que mantém seguro de vida em grupo para os seus empregados.

## **VIII – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

As formalizações de programas que visem a criação de benefícios aos trabalhadores em decorrência de resultados a serem alcançados poderão ser negociados diretamente entre as empresas e o Sindicato dos Trabalhadores.

## **IX – UTILIZAÇÃO DE TELEFONE CELULAR NO LOCAL DE TRABALHO**

Visando a segurança do trabalhador as empresas ficam autorizadas a criar regulamentos internos para disciplinar a utilização do telefone celular no horário de trabalho nos canteiros de obras.

**IX.1** – Criado o regulamento os trabalhadores ficam obrigados a cumpri-lo.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PROTETOR SOLAR**

As partes, de comum acordo, instituem a obrigatoriedade de fornecimento de protetor solar pelas empresas aos trabalhadores expostos ao sol. O efetivo



fornecimento, bem como o grau de proteção a ser disponibilizado deverá ser indicado pelo médico do trabalho quando dos exames médicos admissional ou periódico. Para tanto, serão levados em consideração o tipo físico e as funções que serão exercidas pelo trabalhador.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Sempre que houver alteração da função exercida pelo trabalhador, a necessidade de fornecimento ou não do protetor solar deverá ser reavaliada.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – UNIFORMES**

As empresas fornecerão gratuitamente a seus empregados, conforme padrão definido pelas próprias empresas, dois jogos de uniforme para o desempenho das atividades laborativas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Sempre que houver necessidade os uniformes deverão ser substituídos, ficando o trabalhador obrigado a devolver o uniforme danificado no estado em que se encontrar, sob pena de ser reduzido de sua remuneração o valor respectivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na rescisão do contrato de trabalho os uniformes fornecidos também deverão ser devolvidos à empresa no estado em que se encontrarem, sob pena de desconto do valor respectivo.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL/ASSISTENCIAL**

Considerando que a categoria como um todo, independentemente de filiação sindical, foi representada nas negociações coletivas de acordo com o estabelecido nos incisos III e VI do artigo oitavo da Constituição da República e abrangida, sem nenhuma distinção no presente Acordo Coletivo de Trabalho;

Considerando que a representação da categoria, associados ou não e sua abrangência no instrumento normativo não afeta a liberdade sindical consagrada no inciso V do artigo oitavo da Constituição Federal;

Considerando que a representação da categoria autorizou o Sindicato a manter negociações coletivas e celebrar este Acordo Coletivo de Trabalho fixou, livre e democraticamente a contribuição de custeio abaixo especificada:

1. Fica ajustado que as empresas descontarão em folha de pagamento de seus empregados, sindicalizados ou não, a **contribuição negocial/assistencial** de **0,5%** (meio por cento) dos salários já reajustados, devidos no mês de novembro/2018, em favor da entidade sindical profissional, importância essa a ser recolhida até o dia 10/12/2018, respectivamente, através de guias a serem fornecidas pelo Sindicato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ESTÍMULO À CONTRATAÇÃO DE MULHERES E À NÃO DISCRIMINAÇÃO**



As partes se comprometem a estimular trabalhadores e empregadores a envidarem esforços visando a inserção de mulheres no mercado de trabalho da construção civil, bem como combater qualquer forma de discriminação de trabalhadores, seja direta ou indiretamente, em razão do grau de instrução, etnia, idade, sexo, orientação sexual, religião, limitação física, doença ou qualquer característica pessoal que diferencie a pessoa do trabalhador de maneira menos favorável em relação a qualquer outro.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA – MULTA**

Fixação de multa no valor de **2%** (dois por cento) do piso salarial por infração e por empregado, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contidas neste Acordo Coletivo de Trabalho, desde que não cominada com qualquer multa específica, revertendo seu valor a favor da parte prejudicada.

Assim, por estarem justos e acertados, e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes convenientes o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO**, em 3 (três) vias, que levarão a registro junto à Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 614 da CLT.

São Paulo, 20 de Agosto de 2018.

---

**Empresa: EQUISYSTEM SERVIÇOS DE REFORMA E MANUTENÇÃO  
PREDIAL LTDA  
CNPJ 10.458.785/0001-02  
José Raimundo Cerqueira**

---

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ Nº 62.637.137/0001-09  
Murilo Celso de Campos Pinheiro  
CPF. 952.322.818-87  
Presidente**